

SUMÁRIO



UENP-PR
Técnico Administrativo

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos: ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas; fatos e opiniões; relações intratextuais e intertextuais (em textos literários e não literários). Compreensão dos efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos verbais e não verbais em textos de diferentes gêneros: tiras, quadrinhos, charges, gráficos e infográficos.....	1
Identificação das ideias expressas no texto e das relações entre elas (oposição, restrição, causa/consequência e exemplificação).....	14
Identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos	15
Variedades linguísticas.....	17
Textualidade: coesão e coerência textual.....	18
Tópicos de norma padrão de escrita: concordância.....	23
Regência	25
Crase	27
Conectores	29
Ortografia.....	31
Colocação e emprego dos pronomes.....	40
Pontuação	42
Vocabulário: sentido de palavras e de expressões no texto; denotação e conotação...	46
Aspectos gramaticais: concordância e regência verbal e nominal.....	54
Funcionamento de diferentes recursos gramaticais no texto (níveis fonético-fonológico, morfológico, sintático e semântico)	54
Gêneros textuais: formas e funções. Identificação, em textos de diferentes gêneros, das marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais ou de registro.....	56
Classe de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem e às relações que estabelecem	74
Questões	86
Gabarito.....	96

SUMÁRIO



MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números reais, conjuntos, contagem, sequências, porcentagem, acréscimos e decréscimos, nas suas possíveis representações	1
Sistemas de duas equações e duas incógnitas	7
Equação do primeiro e segundo grau.....	11
Regra de três simples e composta	16
Expressões algébricas	18
Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade, massa, área e volume	22
Noções de Geometria: forma, ângulos, área, perímetro, volume, Teoremas de Pitágoras ou de Tales	27
Cálculo da média simples e ponderada	46
Leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos	48
Princípios de contagem e probabilidade	55
Operações com conjuntos.....	61
Estrutura lógica. Equivalência e implicação	67
Lógica de argumentação. Argumentos dedutivos	76
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	81
Questões	86
Gabarito.....	95

LEGISLAÇÃO

Noções de direito constitucional: dos princípios fundamentais, dos direitos e garantias fundamentais, dos direitos sociais e da administração pública; constituição federal: título i – dos princípios fundamentais; título ii – dos direitos e garantias fundamentais; título iii – da organização do estado, capítulo vii – da administração pública; título viii – da ordem social, capítulo iii – da educação, da cultura e do desporto, e capítulo iv – da ciência, tecnologia e inovação.....	1
Constituição do estado do paraná: título ii – da administra�o pública; título iv – da ordem social, capítulo ii – da educa�o, da cultura e do desporto, se�o i - da educa�o, art. 180 - Autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira das universidades do paraná	41
Código civil: título i – das pessoas naturais; título ii – das pessoas jurídicas; título ix – da responsabilidade civil	54
Código penal: título xi – dos crimes contra a administra�o pública.....	91
Lei federal n� 13.709/2018: Lei geral de prote�o de dados pessoais (lgpd)	130
Lei federal n� 12.527/2011: Lei de acesso � informa�o (lai).....	152
Lei federal n� 8.429/1992: Atos de improbidade administrativa	165

SUMÁRIO



Lei federal nº 14.133/2021: Lei de licitações e contratos administrativos	180
Lei estadual nº 20.656/2021: Normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos no âmbito do estado do paraná	254
Lei estadual nº 6.174/1970: Regime jurídico dos funcionários civis do poder executivo do estado do paraná.....	291
Lei estadual nº 11.713/1997: Carreira do pessoal docente das universidades públicas estaduais do paraná.....	340
Lei estadual n.º 21.583/2023: Carreira técnica universitária das universidades públicas estaduais do paraná.....	347
Lei estadual n.º 20.933/2021: Parâmetros de financiamento e eficiência de gestão das universidades públicas estaduais do paraná	357
Estatuto da uenp	371
Regimento geral da uenp	386
Lei estadual n.º 18.419/2015: Estatuto da pessoa com deficiência do estado do Paraná.....	415
Lei estadual n.º 11.863/1997: Política estadual dos direitos da pessoa idosa	462
Lei federal n.º 8.069/1990: Estatuto da criança e do adolescente	468
Questões	534
Gabarito.....	548

INFORMÁTICA

Noções de Informática: Windows e Internet.....	1
Conceitos Básicos de Hardware e Software. Componentes de computadores e periféricos	1
Utiliza�o do sistema operacional Windows 10 e 11: pastas, diretórios, arquivos, atalhos área de trabalho, área de transferência, manipula�o de arquivos e pastas, uso de menus, programas e aplicativos, intera�o com outros aplicativos	7
Softwares de edi�o de texto: estrutura básica dos documentos, edi�o e formata�o de textos, cabeçalhos, parágrafo, fontes, colunas, marcadores, tabelas, impressão, quebra e numera�o de páginas, legendas, índices, inser�o de objetos, caixa de texto.....	37
Softwares de edi�o de planilhas: estrutura básica das planilhas, células, linha, coluna, pasta, gráfico, elabora�o de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, fun�oes e macros, impressão, importa�o e exporta�o de dados, classifica�o de dados	53
Softwares de edi�o de apresenta�oes: estrutura das apresenta�oes, edi�o e formata�o de apresenta�oes, slides, anota�oes, cabeçalho e rodapé, inser�o de objetos, numera�o, botões de a�o, anima�o, transi�o de slides	70
Internet: navega�o na internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas. Utiliza�o de tecnologias, ferramentas e aplicativos associados � Internet....	79
Correio Eletr�nico e e-mail: uso, preparo e envio de mensagens	85
Questões	90
Gabarito.....	98



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Princípios do Direito Administrativo: Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes, organização, natureza, fins e princípios	1
Organização administrativa da União: administração direta e indireta, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.....	6
Administração Pública: características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização	14
Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; e cargo, emprego e função pública	17
Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; e delegação (concessão, permissão e autorização).....	82
Controle e responsabilização da Administração Pública: controle administrativo, judicial e legislativo; responsabilidade civil do Estado	100
Lei nº 14.133/2021: Licitações: conceito, objeto, finalidades, princípios, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade, vedação, modalidades, procedimentos, fases, revogação, invalidação, desistência, controle e sanções; Contratos administrativos: características do contrato administrativo, formalização e fiscalização do contrato, aspectos orçamentários e financeiros da execução do contrato, sanção administrativa, equilíbrio econômico-financeiro, garantia contratual, alteração do objeto, prorrogação do prazo de vigência e de execução	112
Administração de recursos materiais: classificação de materiais, tipos de classificação, gestão de estoques, compras, modalidades de compra, cadastro de fornecedores, recebimento e armazenagem, entrada, conferência e critérios e técnicas de armazenagem.....	231
Lei Federal nº 8.429/1992: Atos de Improbidade Administrativa.....	239
Lei Complementar nº 101/2000: Lei de Responsabilidade Fiscal	254
Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação..	281
Gestão de processos: gerenciamento da informação, gestão de documentos, protocolos e automação	284
Gestão da qualidade	297
Gestão de projetos: políticas e sistemas de informações gerenciais.....	301
Planejamento estratégico	302
Gestão de pessoas: conceitos, importância, relação com os outros sistemas de organização; A função do órgão de gestão de pessoas: atribuições básicas e objetivos; Comportamento organizacional: relação indivíduo/organização, motivação e liderança	303
Aspectos legais na gestão de pessoas conforme Lei Estadual nº 6.174/1970, Lei Estadual nº 11.713/1997, Lei Estadual n.º 21.583/2023 e Lei Estadual nº 20.933/2021	307
Atendimento ao Público: qualidade no atendimento ao público: comunicabilidade, apresentação, atenção, cortesia, interesse, presteza, eficiência, tolerância, discricção, conduta e objetividade.....	313
Trabalho em equipe: personalidade e relacionamento, eficácia no comportamento interpessoal, servidor e opinião pública, o órgão e a opinião pública, fatores positivos do relacionamento; comportamento receptivo e defensivo, empatia e compreensão mútua; Postura profissional e relações interpessoais; Comunicação	316
Questões	325
Gabarito.....	334



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





A resolução de problemas matemáticos envolve a aplicação de uma variedade de recursos, sendo que os princípios algébricos e aritméticos se destacam como uma parte fundamental desse processo. Esses princípios são classificados de acordo com a complexidade e a abordagem dos conteúdos.

A prática constante na resolução de questões desse tipo é o que proporciona o desenvolvimento de habilidades cada vez maiores para enfrentar problemas dessa natureza.

Exemplos:

01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP – Analista Técnico Legislativo – Designer Gráfico – VUNESP) Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

Resolução:

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

$$\text{Por fim, a diferença é de : } 16000 - 10000 = 6000 \text{ litros}$$

Resposta: E.

02. (EBSERH/ HUSM/UFMS/RS – Analista Administrativo – AOCP) Uma revista perdeu $\frac{1}{5}$ dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.
- (D) 95.000.
- (E) 100.000.



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.



HARDWARE

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

— Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

— Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU



ESTADO

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas romana*. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

– **Povo:** Elemento legítima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.

A Constituição Brasileira atribui ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República, competência para “*propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo*”. (Artigo 91, §1º, III, CFB/88).